

HABEAS CORPUS Nº 540.507 - PE (2019/0313490-3)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : IVO JOSE SOARES
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em favor de **IVO JOSE SOARES**, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco**.

Depreende-se dos autos que o d. Juízo do Tribunal do Júri da Comarca de Caruaru/PE **impronunciou** o paciente (fls. 12-16).

Irresignado, o d. Ministério Público apelou da sentença, recurso que foi **provido**, nos termos da ementa abaixo (fls. 28-35):

"PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. DECISÃO DE IMPRONÚNCIA. IRRESIGNAÇÃO MINISTERIAL. PRESENÇA DE PROVA DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. IN DÚBIO PRO SOCIETATE. PRONÚNCIA. RECURSO PROVIDO.

1. Na fase de admissibilidade da acusação (pronúncia) exige-se, segundo a moldura legal prevista no artigo 413 do Código de Processo Penal, a prova da materialidade do fato e apenas indícios suficientes de autoria ou participação. Especificamente em relação à autoria do fato, o chamado judicium acusatationis contenta-se, assim, com um juízo de probabilidade.

2. Havendo comprovação da materialidade e a existência de indícios suficientes de autoria, certa é a decisão que submete o acusado a julgamento pelo Tribunal do Júri.

3. Existindo dúvidas e incertezas quanto à dinâmica dos fatos, a alegada negativa de autoria deve ser submetida à apreciação do Tribunal do Júri, juízo natural constitucionalmente instituído para julgar os crimes dolosos contra a vida.

4. A legítima defesa só deve ser apreciada em sede de pronúncia quando claramente irrefutável, sob pena de se usurpar a competência do juiz natural da causa, o Tribunal do

Júri, o que não é o caso dos autos.

5. Prevalece, in casu, o princípio in dubio pro societate, devendo a tese defensiva ser submetida à apreciação do Tribunal do Júri, juízo natural constitucionalmente instituído para julgar os crimes dolosos contra a vida."

Daí o presente **habeas corpus**, no qual a d. Defesa assevera que houve afronta aos arts. 413 e 414 do Código de Processo Penal.

Aduz que não há comprovação do **animus necandi** e também alega que as provas não conduzem à imputação da autoria ao paciente, razão pela qual a impronúncia inicial deveria prevalecer.

Requer a concessão da ordem, inclusive LIMINARMENTE, para a suspensão da Sessão Plenária até julgamento final desta impetração. No mérito, a desconstituição da sentença de pronúncia.

Pedido de sustentação oral, à fl. 7.

O pedido liminar foi **indeferido**, às fls. 42-44.

As informações foram prestadas, às fls. 52-93 e 100-109.

O d. Ministério Público Federal, às fls. 111-112, oficiou pelo **não conhecimento do habeas corpus**, consoante parecer com a seguinte ementa:

"PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. IMPRONÚNCIA. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA.

- PELO NÃO CONHECIMENTO."

É o relatório. **Decido.**

A **Terceira Seção desta Corte**, seguindo entendimento firmado pela **Primeira Turma do col. Pretório Excelso**, sedimentou orientação no sentido de não admitir **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Tal posicionamento tem por objetivo preservar a utilidade e eficácia do **habeas corpus** como instrumento constitucional de relevante valor para proteção da liberdade da pessoa, quando ameaçada por ato ilegal ou abuso de poder, de forma a garantir a necessária celeridade no seu julgamento. No caso, incabível o presente **mandamus**, porquanto substitutivo de recurso especial.

Em homenagem ao princípio da ampla defesa, contudo, necessário o exame da insurgência, a fim de se verificar eventual constrangimento ilegal passível de ser sanado pela concessão da ordem, de ofício.

Para melhor delimitar a **quaestio**, transcrevo os seguintes trechos do v. acórdão combatido (fls. 28-35):

"O apelado foi denunciado pela prática do crime tipificado no art. 121, § 2º, inciso II, c/c art. 14, inciso II e art. 61, inciso II, alínea "e", todos do Código Penal (CP).

Segundo a denúncia (fls. 02/05), consta que o apelado com animus necandi e munido de um facão, deferiu golpes de foice contra a vítima Jadson Alberto Azevedo Soares, atingindo-o na face.

Feitas essas considerações, passo a apreciar o mérito da presente impugnação.

Não se olvide que na fase de admissibilidade da acusação (pronúncia) exige-se, segundo a moldura legal prevista no artigo 413 do Código de Processo Penal, a prova da materialidade do fato e apenas indícios suficientes de autoria ou participação.

Especificamente em relação à autoria do fato, o chamado judicium accusationis contenta-se, assim, com um juízo de probabilidade.

E que a Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso XXXVIII, alínea "d", conferiu ao Tribunal do Júri a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida. Com isso, tem-se que o juízo de mérito da acusação, condenando ou absolvendo o réu, cabe ao Júri, a quem toca a análise aprofundada, crítica e valorativa da prova colhida durante a instrução criminal.

Assim é que havendo dúvidas e incertezas quanto à dinâmica dos fatos, a alegada negativa de autoria deve ser submetida à apreciação do Tribunal do Júri, juízo natural constitucionalmente instituído para julgar os crimes dolosos contra a vida.

No caso dos autos, a materialidade restou comprovada na Perícia Traumatológica de fl. 133 que atesta: "lesões apresentadas pelo periciando são compatíveis com aquelas produzidas pro instrumento cortante e guardam nex temporal e causai com o relato do mesmo".

Do mesmo modo, percebo que há indícios suficientes para apontar

o apelado como sendo o autor do crime catalogado na exordial, Isso porque, a vítima e as testemunhas confirmaram que houve uma discussão entre o acusado e seu filho de criação, afirmando com segurança que o réu tentou matar a vítima e foi impedido pelo vizinho, conforme se pode observar de trechos do depoimento de mídia fls. 94, 104 e 14, in verbis:

"Que a vítima foi socorrida por populares, os quais apontaram o réu como o autor do golpe de facão contra seu filho. Afirmou que terceiros lhe disseram que o acusado começou a agredir o filho sem motivo, confirmando que o apelado estava aparentemente embriagado e não matou o seu filho porque foi impedido por terceiro, (grifo nosso), testemunho de Ismar Alexandre Borges (mídia fl.94)'. "

"Que ouviu uma "zoada" e saiu de sua casa para ver o que estava acontecendo. Foi quando viu a vítima já ensanguentada, a faca estava no chão e observou uma luta corporal entre o pai e o filho. Afirmou que impediu que o acusado golpeasse mais a vítima, controlando a briga e segurando o acusado. Confirma que sempre ouvia discussões dentro da casa do acusado, (grifo nosso), testemunho de Edson Fernando da Silva (mídia fl.94)'. "

"Que é ex esposa do acusado e afirma que ele sempre bebia e ficava agressivo. Confirma que quase diariamente seu filho apanhava do apelado e não reagia. Que no dia do ocorrido foi trabalhar catando reciclagem e o réu gastou todo dinheiro em bebida. Alega que ao chegar em casa o agressor pediu que seu filho bebesse e esse se negou. Foi então que o réu arrastou seu filho da cama e desferiu golpes de faca. Afirma que seu filho não bateu no pai e o acusado pegou o facão na telha e o ameaçou de morte. Finalizou alegando que o vizinho pegou o facão da mão do acusado, porque senão ele teria matado seu filho, (grifo nosso), testemunho de Sandra Alberto de Azevedo (mídia fl.94)'. "

No mesmo sentido, observo que foi o depoimento da vítima Jadson Alberto Azevedo Soares. Na ocasião de seu depoimento em juízo (fl. 104), ele afirmou que sempre era agredido pelo pai. Relatou, ainda, que no dia houve uma discussão entre os dois e o acusado que estava embriagado deu um golpe de facão na sua face. Afirmou que o vizinho tomou o facão e por isso o acusado parou de agredi-lo. Aduz que nunca tiveram uma boa convivência e já foi agredido outras vezes pelo pai.

O próprio acusado reconheceu ser o autor do fato narrados (fl. 07). Em seu depoimento (mídia 114) se contradiz por diversas vezes, não sendo convincente em suas alegações. A primeira contradição é quando alega, em juízo, que chegou em casa com sua companheira e o seu filho passou a agredir sua mãe e por isso foi defender a sua esposa. No entanto, na delegacia contou que seu filho lhe empurrou e bateu no seu irmão. Aduz em juízo, que não sabe dizer de quem era o facão e onde seu filho pegou, mas na fase policial afirma que a vítima pegou o facão no telhado. Afirma, ainda, em juízo, que caiu no chão com a vítima e na tentativa de tirar o facão acabou golpeando seu filho. Entretanto, na delegacia diz que pegou o facão de seu filho e jogou fora do alcance dele acertando a orelha direita.

Mesmo existindo nos autos, depoimento de testemunha Alexandre

Maria da Silva que afirma que viu a vítima com o facão para desferir golpes no acusado, não há eventual dúvida acerca da autoria delitiva do crime cometido pelo acusado, o que se há, na verdade, é questionamentos se o acusado agiu sob legítima defesa ou não, devendo, portanto, ser dirimida pelo Tribunal do Júri, juízo natural constitucionalmente instituído para julgar os crimes dolosos contra a vida.[...]

A legítima defesa só deve ser apreciada em sede de pronúncia quando claramente irrefutável, sob pena de se usurpar a competência do juiz natural da causa, o Tribunal do Júri, o que não é o caso dos autos.

Como se percebe através dos depoimentos transcritos, os fatos se mostram confusos e obscuros, não se sabe ao certo como a confusão entre a vítima e o acusado teve início, quem desferiu o primeiro golpe, devendo ser melhor apurado.

Além disso, mesmo que a versão da defesa fosse acolhida, não há como ter certeza se o réu utilizou moderadamente os meios necessários, nos termos do art. 25 do CBP¹, para repelir a ofensa.

Não há, nesta fase processual, como concluir que a conduta do acusado preenche os requisitos da excludente de ilicitude mencionada ou se sua conduta não constituiu algum excesso. Esta decisão não cabe ao Juízo da pronúncia averiguar, a não ser se a tese da legítima defesa restasse evidente. Não seria esse, portanto, o momento adequado para adentrar em teses construídas pela defesa, mas apenas para avaliar se presentes os requisitos necessários à pronúncia.

Diante do exposto, não há como reconhecer, neste momento, a versão apresentada pela defesa. Prevalece, in casu, o princípio in dubio pro societate, devendo a tese defensiva ser submetida à apreciação do Tribunal do Júri, juízo natural constitucionalmente instituído para julgar os crimes contra a vida.

Ante o exposto, voto pelo PROVIMENTO do apelo para pronunciar o réu Ivo José Soares como incurso nas penas do artigo 121, § 2º, incisos II e IV, c/c art. 14, inciso II e art. 61, inciso II, alínea "e", todos do Código Penal(CP) contra a vítima Jadson Alberto Azevedo Soares.

É como voto." (grifei)

Pois bem.

Sabe-se que a fundamentação da sentença de pronúncia deve ser limitada, em razão da vedação ao excesso de linguagem, sendo defeso ao d. Julgador discorrer de forma detalhada acerca do crime doloso contra a vida, para não influenciar o ânimo dos jurados.

Vejamos a redação dos arts. 413 e 414 do Código de Processo

Penal:

"Art. 413. O juiz, fundamentadamente, pronunciará o acusado, se convencido da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação.

§ 1º A fundamentação da pronúncia limitar-se-á à indicação da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, devendo o juiz declarar o dispositivo legal em que julgar incurso o acusado e especificar as circunstâncias qualificadoras e as causas de aumento de pena.

§ 2º Se o crime for afiançável, o juiz arbitrará o valor da fiança para a concessão ou manutenção da liberdade provisória.

§ 3º O juiz decidirá, motivadamente, no caso de manutenção, revogação ou substituição da prisão ou medida restritiva de liberdade anteriormente decretada e, tratando-se de acusado solto, sobre a necessidade da decretação da prisão ou imposição de quaisquer das medidas previstas no Título IX do Livro I deste Código.

Art. 414. Não se convencendo da materialidade do fato ou da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, o juiz, fundamentadamente, impronunciará o acusado.

Parágrafo único. Enquanto não ocorrer a extinção da punibilidade, poderá ser formulada nova denúncia ou queixa se houver prova nova. "

Assim, o § 1º do art. 413 do Código de Processo Penal estabelece que *"a fundamentação da pronúncia limitar-se-á à indicação da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, devendo o juiz declarar o dispositivo legal em que julgar incurso o acusado e especificar as circunstâncias qualificadoras e as causas de aumento de pena"*.

Portanto, a fundamentação, a teor do **inciso IX do art. 93 da Constituição Federal**, é **condição absoluta de sua validade** e, assim, pressuposto de sua eficácia, substanciando-se na definição suficiente dos fatos e do direito que a sustentam, de modo a certificar a realização da hipótese de incidência da norma e os efeitos dela resultantes.

Entretanto, tratando-se de mero juízo de admissibilidade da acusação, não pode a sentença de pronúncia, conquanto dela se exija alguma fundamentação, aprofundar-se no exame de mérito, sob pena de invadir competência do Tribunal Popular.

Conforme trechos acima transcritos, observo que o v. acórdão vergastado, **que pronunciou o ora paciente**, está bem fundamentado, na medida em que verificou, acertadamente, a comprovação da autoria e da materialidade no crime doloso contra vida em questão, o que é suficiente para a pronúncia.

No caso concreto, o paciente teria desferido golpes de facão contra o filho.

Conforme depoimentos transcritos, os fatos denotam obscuridade, visto que não se sabe como a confusão entre a vítima e o acusado teve início, quem desferiu o primeiro golpe e se algum deles estava apenas se defendendo.

Tal celeuma afasta sim a alegação de legítima defesa aferível de plano, que somente deverá ser apreciada em sede de pronúncia quando claramente irrefutável, sob pena de se usurpar a competência do Juiz natural da causa: o Tribunal do Júri.

Em se tratando de decisão de admissibilidade da acusação, ou seja, aquela que encerra a primeira fase do Júri, a fundamentação, como no caso em questão, **deve ser sucinta, sob pena de influenciar o ânimo dos jurados.**

Nesse sentido:

PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO CONSUMADO E TENTADO. CONDENAÇÃO. APELAÇÃO CRIMINAL JULGADA. WRIT SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. INVIABILIDADE. VIA INADEQUADA. PRONÚNCIA. FUNDAMENTAÇÃO. SUFICIENTE. INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE. INCIDÊNCIA. OCORRÊNCIA DO FATO TÍPICO. SUJEIÇÃO AO JÚRI. SUPOSTA EIVA. DEFICIÊNCIA NA INSTRUÇÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. NÃO VERIFICAÇÃO. AUSENTE DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA NOS AUTOS. ACÓRDÃO MANTENEDOR DA PRONÚNCIA. EXCESSO DE LINGUAGEM. NÃO OCORRÊNCIA. JULGAMENTO PELO CONSELHO DE SENTENÇA. ENTREGA DE PEÇAS PROCESSUAIS AOS JURADOS. LEITURA. VEDAÇÃO RELATIVA AO EMPREGO COMO ARGUMENTO DE AUTORIDADE. PROCEDER DA INSTÂNCIA DE PRIMEIRO GRAU. ADEQUADO. PECHA. INEXISTÊNCIA. QUESITAÇÃO. NULIDADE. SUSCITADA SOMENTE APÓS O TRÂNSITO DO FEITO. PRECLUSÃO. OCORRÊNCIA. FLAGRANTE ILEGALIDADE.

INEXISTÊNCIA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

1. *É imperiosa a necessidade de racionalização do emprego do habeas corpus, em prestígio ao âmbito de cognição da garantia constitucional e em louvor à lógica do sistema recursal. In casu, foi impetrada indevidamente a ordem como substitutiva de recurso especial.*

2. *A decisão de pronúncia deve ser comedida na apreciação das provas, mas conter uma mínima fundamentação acerca da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes da autoria, deixando o juízo de valor acerca da efetiva ocorrência do fato típico para ser apreciado por quem constitucionalmente competente, o Conselho de Sentença do Tribunal do Júri.*

3. *Inviável se mostra o exame da alegação de não observância das teses defensivas na decisão de pronúncia, pois deixou-se de proceder à sua demonstração, mediante documentação comprobatória suficiente, eis que ausente as alegações finais ou qualquer outro documento, não sendo possível apurar, portanto, qualquer ilegalidade.*

(...) 9. *Habeas corpus não conhecido.* (HC 283.718/SP, **Sexta Turma**, Rel. Ministra **Maria Thereza de Assis Moura**, julgado em 14/10/2014, DJe 29/10/2014, grifei)

Outrossim, convém registrar que a verificação da autoria e da materialidade do delito doloso contra a vida em questão demanda ampla incursão no acervo probatório da ação penal, o que não se coaduna com a via mandamental eleita.

Nesse sentido, os seguintes precedentes desta Corte Superior:

“RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS ROUBOS DE CARGA EM CONCURSO DE PESSOAS, USO DE ARMA DE FOGO E RESTRIÇÃO À LIBERDADE DAS VÍTIMAS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA ARMADA. INDÍCIOS DE AUTORIA. QUESTÃO QUE DEMANDA DILAÇÃO PROBATÓRIA INCOMPATÍVEL COM A VIA ELEITA. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE JUSTIFICADA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PERICULOSIDADE DEMONSTRADA PELO MODUS OPERANDI DA CONDUTA. EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA. AÇÃO PENAL COMPLEXA. DIVERSOS RÉUS (13). NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS. IMPULSO REGULAR PELO MAGISTRADO CONDUTOR DO FEITO. RECURSO DESPROVIDO.

[...]

2. *O habeas corpus não é a via adequada para indicar sobre a ausência de provas de autoria, dada a necessidade de ampla dilação probatória, providência incompatível com o rito célere do mandamus, que exige prova pré-constituída do direito alegado. Precedentes.*

[...]

6. *Recurso ordinário desprovido*" (RHC n. 75.832/BA, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe de 24/02/2017, grifei).

"PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. FALTA GRAVE. INCITAÇÃO À SUBVERSÃO DA ORDEM E DA DISCIPLINA CARCERÁRIAS. INFRAÇÃO DISCIPLINAR DE NATUREZA GRAVE. ARTS. 39, INCISO II, E 50, INCISOS I E VI, DA LEP. CONFIGURAÇÃO. ALEGAÇÃO DE ATIPICIDADE. PEDIDO DE DESCLASSIFICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. PERDA DOS DIAS REMIDOS. FRAÇÃO DE 1/3. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

III - Rever o entendimento do eg. Tribunal a quo, para afastar a falta grave imputada ao paciente ou para desclassificá-la para infração de natureza diversa, demandaria, necessariamente, amplo reexame da matéria fático probatória, procedimento incompatível com a estreita via do habeas corpus.

[...]

Habeas Corpus não conhecido." (HC 464.470/SP, **Quinta Turma**, Rel. Min **Felix Fischer**, DJe 23/10/2018, grifei)

"EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO A RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. FALTA DISCIPLINAR DE NATUREZA GRAVE. VIOLAÇÃO DO ART. 50, III, DA LEP. POTENCIALIDADE LESIVA DE ESTOQUES TIPO "ESPETO", CONFECCIONADOS EM VERGALHÃO DE AÇO. PERÍCIA. PRESCINDIBILIDADE. DESCARACTERIZAÇÃO DA FALTA GRAVE. REEXAME DE FATOS. INADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE MANIFESTA ILEGALIDADE. ORDEM NÃO CONHECIDA.

[...]

3. Não cabe, na via estreita do habeas corpus, a análise se o fato cometido pelo paciente configura-se ou não infração disciplinar de natureza grave, uma vez que indispensável o

revolvimento do conteúdo fático-probatório dos autos. Precedentes.

4. *Habeas corpus não conhecido*" (HC 301.626/DF, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Ribeiro Dantas**, DJe 29/08/2016, grifei).

"HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. FALTA GRAVE. CARACTERIZAÇÃO. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO. VIA IMPRÓPRIA. POSSE DE APARELHO CELULAR. PERÍCIA. DESNECESSIDADE. REGRESSÃO DE REGIME. CABIMENTO. PERDA DOS DIAS REMIDOS. NOVA REDAÇÃO DO ART. 127 DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL. PERDA DE ATÉ 1/3 (UM TERÇO). APLICAÇÃO, PELO JUÍZO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA, DO PATAMAR MÁXIMO ESTABELECIDO, SEM A DEVIDA FUNDAMENTAÇÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. ORDEM DE HABEAS CORPUS PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESSA EXTENSÃO, CONCEDIDA A ORDEM.

1. O exame da tese de não configuração da falta grave, com vistas à absolvição do Paciente, não se coaduna com a via estreita do habeas corpus, dada a necessidade de incursão na seara fático-probatória.

[...]

4. *Ordem de habeas corpus parcialmente conhecida e, nessa extensão, concedida a ordem a fim de determinar o retorno dos autos ao Juízo das Execuções Penais, para que complemente o julgamento, na parte referente à perda dos dias remidos, motivando a escolha do patamar da penalidade, à luz da disciplina do art. 127 da Lei de Execução Penal.*" (HC 466.108/SP, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Laurita Vaz**, DJe 3/12/2018, grifei)

"HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. CONDENAÇÃO. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. COGNICÃO. IMPOSSIBILIDADE. DOSIMETRIA. PENA-BASE ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. EXASPERAÇÃO. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. MAUS ANTECEDENTES E REINCIDÊNCIA. AUSÊNCIA DE BIS IN IDEM. CONSEQUÊNCIAS DELITIVAS DESFAVORÁVEIS. EVENTO COPA DO MUNDO NO BRASIL. LOCAL FREQUENTADO POR JOVENS E TURISTAS DURANTE O EVENTO. DEDICAÇÃO ÀS ATIVIDADES CRIMINOSAS. CONDENAÇÃO POR ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS. ORDEM DENEGADA.

1. O habeas corpus, como é cediço, não é meio próprio para pretensão absolutória, porque trata-se de intento que demanda revolvimento fático-probatório, não condizente com os estreitos lindes do writ. Hipótese em que as instâncias de

origem concluíram, com arrimo nas provas e fatos constantes dos autos, que os delitos de tráfico ilícito de entorpecentes e associação para o tráfico restaram plenamente caracterizados. Para se chegar a conclusão diversa, atendendo-se à pretensão de absolvição, seria necessário proceder à análise do conjunto fático-probatório amealhado ao feito, o que não se admite em sede de habeas corpus, via angusta por excelência.

[...]

6. *Ordem denegada.*" (HC 418.706/SP, **Sexta Turma**, Rel.^a. Min.^a. **Maria Thereza de Assis Moura**, DJe de 14/03/2018, grifei).

Desta forma, considerando que o v. acórdão combatido está em consonância com o entendimento desta eg. Corte Superior, não há que se reconhecer o alegado constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **não conheço do writ.**

P. I.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator